

**Josimary Rocha
de Vilhena**

A DIMENSÃO FRATERNAL DO DIREITO PENAL

e sua aplicabilidade nos delitos
de colarinho branco no Brasil

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2022

Copyright © 2022 by Josimary Rocha de Vilhena

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

V711d

Vilhena, Josimary Rocha de

A dimensão fraterna do direito penal : e sua aplicabilidade nos delitos
de colarinho branco no Brasil / Josimary Rocha de Vilhena. – Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2022.

308 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 269-292.

ISBN 978-85-519-1893-7

1. Direito penal - Brasil. 2. Processo penal. 3. Crime do colarinho branco.
4. Direitos humanos. 5. Direitos fundamentais. I. Título.

CDD 345.81

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

Sumário

Introdução	1
1. Direitos Humanos e Garantias Penais e Processuais Penais na Constituição Federal de 1988	7
1.1 Direitos Humanos e Direitos Fundamentais	11
1.1.2 A Dignidade Humana	23
1.2 Dos Direitos Humanos e Direitos Fundamentais descritos na Constituição Brasileira de 1988 sob o fundamento da dignidade humana	35
1.3 A concepção de devido processo legal e seus corolários sob a perspectiva da Constituição de 1988.....	37
1.3.1 O devido processo legal e sua perspectiva histórica	37
1.3.2 O devido processo legal da perspectiva da Constituição de 1988.....	44
1.4 O Princípio da Humanidade das Penas como elemento condutor do processo penal restaurador e as garantias asseguradas na Constituição Federal de 1988	49
1.5 Trajetória histórica do Princípio da Humanidade das Penas.....	49
1.6 O Princípio da Humanidade das Penas na Constituição Federal de 1988 como elemento condutor do processo penal restaurador	59
1.6.1 A humanidade das penas como pressuposto da dignidade humana e o limite constitucional para a atuação punitiva do Estado segundo a Constituição Federal de 1988.....	62

1.7 A Constituição Brasileira de 1988 e o valor da sociedade fraterna	65
1.7.1 Origem e evolução da fraternidade para o âmbito jurídico	69
1.7.2 Fraternidade – O princípio esquecido.....	73
1.7.3 Sociedade fraterna – o pilar da resposta penal.....	75
2. Crimes de Colarinho Branco	81
2.1 Conceito de Criminologia	82
2.2. A Escola de Chicago.....	88
2.3 Da trajetória de Edwin Sutherland até a Teoria da Associação Diferencial.....	92
2.4 Da Teoria Associação Diferencial	97
2.5 Da importância de Sutherland e da Teoria da Associação Diferencial para a conceituação dos “crimes de colarinho branco”	105
2.6 Das críticas recebidas pela Teoria da Associação Diferencial e a influência da teoria no estudo da Criminologia.....	115
3. Análise dos Delitos de Colarinho Branco no Contexto Nacional – a Perspectiva Histórica de Conceituação dos Delitos até o Enfrentamento da Reação Social hoje Vivenciada	121
3.1 Os estudos de Sutherland e a análise dos “crimes de colarinho branco” na seara brasileira, no contexto da Constituição Federal de 1988	122
3.2 Da aparente seletividade penal existente em relação aos “delitos do colarinho branco” no Brasil, até o aporte inicial para a “reação social” atualmente vivenciada	131
3.3 O impeachment do primeiro Chefe de Estado democraticamente eleito – pós Constituição Federal/88 – AP 307/STF.....	139

3.3.1 Da inadmissibilidade de provas ilícitas no ordenamento pátrio e o alcance constitucional do dever de acusar – a limitação do uso das gravações e dos elementos apreendidos sem autorização judicial.....	143
3.3.2 Da indispensabilidade do ato de ofício para a configuração do delito de corrupção passiva – art. 317 do CP.....	144
3.3.3 Caso Collor: A condenação política e a absolvição penal oriundas dos mesmos fatos – o início do movimento da reação social de intolerância aos “delitos de colarinho branco” no Brasil?	150
3.4 Ação penal n. 470 – MG: O caso “Mensalão” – a falta de definição de crime organizado e o nascimento da Lei n. 12.850/13.....	152
3.4.1 “Mensalão” – e o fatiamento dos fatos em capítulos e em núcleos	154
3.4.2 O julgamento do “Mensalão” e a falta de definição jurídica válida para o delito de organização criminosa para os fatos anteriores à Lei n. 12.850/13 – o fortalecimento da reação social revanchista brasileira	156
3.4.3 A importância do julgamento do “Mensalão” para a reação social exacerbada	163
3.5 “OPERAÇÃO LAVA JATO”: a inconstância do direito e as notáveis modificações jurisprudenciais – a insegurança jurídica instaurada no país e a relativização do Estado de Inocência	164
3.5.1 “Lava Jato”: a (im)possibilidade de cumprimento antecipado da pena – vista e revista pelo STF	167
4. Resposta Brasileira: como Reverter os Efeitos da Era da Intolerância e do Discurso de Ódio aos “Delitos de Colarinho Branco” e Encaminhar o País para a Efetivação da Sociedade Fraternal?	177
4.1 “Colarinho branco”: o novo inimigo comum da sociedade e a resposta penal rancorosa.....	185

4.2 Da aparente modificação da seletividade em relação aos “delitos de colarinho branco”	192
4.3 A reconciliação brasileira com a Constituição Federal de 1988 – o fortalecimento dos direitos fundamentais	203
4.4 A Sociedade Fraternal e a resposta penal	206
4.4.1 Desafios e perspectivas na aplicação da pena fraterna na seara brasileira – a busca por alternativas viáveis.....	215
5. Justiça Restaurativa: em Busca de uma Alternativa Fraternal – A possibilidade de aplicação subsidiária e complementar da pena	221
5.1 O que é Justiça Restaurativa?	221
5.2 Justiça Restaurativa no contexto mundial.....	229
5.3 Justiça Restaurativa e a seara brasileira	233
5.4 Justiça Restaurativa e “delitos de colarinho branco”. É possível?	241
5.5 Justiça Restaurativa: em busca de uma alternativa para a aplicação fraterna do Direito Penal	247
6. Considerações Finais.....	259
Referências Bibliográficas.....	269